



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

Como resolver o crescente despovoamento?

“O problema é preocupante e candente pois, do despovoamento das ilhas menos populosas, decorre um rosário de carências de meios para a assistência à doença, e constrangimentos na promoção de iniciativas produtivas e no bem-estar dos residentes. Se nada se fizer, a solução óbvia é os jovens continuarem a sair para outras zonas do país, ou emigrarem para a Europa e para a América do Norte.”



foto: José Gabriel Ávila

Se bem que a campanha eleitoral só tenha início no domingo próximo, as 16 forças concorrentes já se lançaram à rua, à conquista do eleitorado. Infelizmente, fazem-no só nesta altura, e depois eclipsam-se, revelando que a sua ligação aos eleitores é circunstancial e pontual, demonstrativa das suas duvidosas intenções...

Da maioria dos concorrentes ouvem-se propostas desgarradas de um projeto consistente de desenvolvimento - um projeto que envolva as pessoas e não apenas a economia e a saúde financeira das empresas, como se repete vezes sem conta. Pouco se fala das pessoas, dos seus direitos e deveres, como se elas não fossem o objetivo principal da atividade política...

Um dos problemas mais complexos e importantes da maior parte das ilhas, para não dizer de todas, é o decréscimo demográfico e o envelhecimento da população.

Que soluções?

Esta questão continua omissa nos debates, ou é abordada superficialmente. Não se apresentam soluções consistentes e convincentes para este grave problema.

Vai-se ou não promover e premiar o aumento da natalidade? Como se pretende incentivar a fixação dos jovens casais nas suas ilhas de origem? Valorizando e desburocratizando as suas iniciativas empresariais, reduzindo impostos, majorando apoios? Vai-se incentivar a vinda de imigrantes que batem às portas da Europa, com financiamentos disponibilizados pela União Europeia, para facilitar a sua integração? Como é que os partidos encaram o constante envelhecimento e decréscimo da população? Que propostas têm?

O problema é preocupante e candente pois, do

despovoamento das ilhas menos populosas, decorre um rosário de carências de meios para a assistência à doença, e constrangimentos na promoção de iniciativas produtivas e no bem-estar dos residentes.

Se nada se fizer, a solução óbvia é os jovens continuarem a sair para outras zonas do país, ou emigrarem para a Europa e para a América do Norte.

Em 1787, 2.500 açorianos saíram para o Alentejo

A história açoriana relata-nos que essa foi a solução encontrada no século 18.

Estudos realizados por investigadores da história açoriana revelam que face à fraca densidade populacional do Alentejo, “nem de propósito, entre 1783 e 1786 os Açores conheceram uma sucessão de maus anos agrícolas, que agravaram as já de si periclitantes condições de subsistência das populações locais.”¹

O Governador dos Açores constatava, em 1783, que as intempéries que se abateram sobre o arquipélago, sob a forma de fortes ventos e chuvadas, haviam transformado um cenário promissor, que as “searas admiráveis” faziam antever, numa situação real de grande necessidade, resultante da destruição das novidades. Em 1785, o cenário de escassez cerealífera repetia-se. A ilha do Faial, que habitualmente socorria as ilhas próximas, nomeadamente o Pico, conheceu uma escassez excepcional, provocada pela esterilidade das colheitas. Recorreu, por isso, às sobras das ilhas das Flores e do Corvo, mas a ajuda revelou-se insuficiente. É que a situação dos moradores da ilha do Faial e, por arrastamento, da vizinha ilha do Pico era, de facto, desesperante.

Deste modo, estavam criadas as condições para satisfazer o desertificação do Alentejo. Incumbido dessa tarefa esteve o Intendente da Polícia de D.

Maria I, Pina Manique, que solicitou a ida de açorianos de várias ilhas para as planícies do Alentejo, como já em meados do século acontecera com a emigração de casais para o sul do Brasil.

Os critérios de seleção eram os seguintes, segundo palavras de Pina Manique: “que sejam de 15 até 30 anos, [que tenham] boa idade, figura, altura, robustez, e sem lesão ou disformidade e se forem casados e com filhos ainda será melhor”.

Entre maio e outubro partiram rumo ao Alentejo 2.456 açorianos: 453 casais com 1302 filhos, mais 248 indivíduos solteiros. A maioria era oriunda das ilhas do Faial e do Pico (1.131) e os restantes de São Miguel (562) e Terceira (759). O destino destes migrantes foi Évora, Portalegre, Beja, Elvas, Ourique, Alcácer e Grândola.

Segundo o governador dos Açores este êxodo provocou prejuízos na agricultura, pese embora as situações de fome e miséria em que se vivia.

Sabe-se que o intendente Pina Manique cuidou de integrar os migrantes, os quais, na situação de colonos, jornalheiros ou rendeiros, estavam sujeitos aos morgados e grandes proprietários alentejanos. E pouco mais reza a história destes açorianos.

Como viveram, interroga-se Maria Elisa Costa, “como se poderia compaginar com a vida nas planícies aquém e além taganas a condição insular destes migrantes, cuja relação com o mar lhes era intrínseca?” Qual foi o seu grau de adaptação a um ambiente substancialmente diferente e em que as características do solo e até climáticas se distinguem de forma notória das da região de origem? E o que dizer acerca das possíveis influências deixadas pelos açorianos na gastronomia, na cultura ou na linguagem autóctones? Ter-se-ão dissipado com o tempo?²

A investigação de Mendonça deve fazer-nos pensar sobre como conciliar a necessidade urgente do repovoamento destas ilhas com as consequências dos direitos dos migrantes.

Estamos num tempo de reflexão e de apresentação de propostas políticas que deverão ir muito para além das tradicionais promessas de obras de betão, descontextualizadas de um projeto integrado de desenvolvimento. Este faz-se com pessoas e para as gerações de hoje e de amanhã.

Se assim não for, estamos a adiar um futuro melhor e a facilitar que as jovens gerações tomem outros rumos e se realizem *noutras paragens, entre outros povos*, parafraseando a bonita canção de Manuel Freire – Ei-los que partem!

*jornalista c.p. 239 A
<http://escritemdia.blogspot.com>

¹MENDONÇA, Luís, “Povoadores Açorianos no Alentejo em finais do século XVIII”, revista Callipole, Vila Viçosa, nº 14, 2006, pp. 75-83.

²Opus cit.